

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0083-03

Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro				Demonstração do resultado			
Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.020	2.019	Nota	2.020	2.019	
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.783.579	14.830.871	Receitas Operacionais			
Contas a receber	6	26.013.772	22.943.017	Receitas de subvenções - custeio	17	146.845.026	133.017.139
Estoques	7	10.944.836	4.480.558	Receitas de subvenções-investimento	9b	1.192.968	1.216.023
Adiantamento a fornecedores		1.879.957	706.214	Receitas financeiras		70.383	22.475
Outros ativos circulante		531.468	537.747	Doações		3.023.456	1.398.127
		42.153.612	43.498.407	Outras receitas		4.706	65.740
Não Circulante							
Realizável a longo prazo				Total das Receitas		151.136.539	135.719.505
Empréstimos - partes relacionadas	8	14.631.231	2.926.336	Despesas Operacionais			
Depósitos judiciais		146.708	60.574	Despesas com pessoal	18	(51.791.275)	(44.944.531)
		14.777.939	2.986.909	Serviços de terceiros	19	(40.407.394)	(39.573.068)
Imobilizado	9	6.678.707	6.904.997	Custo corporativo compartilhado	20	(7.277.273)	(6.705.574)
Intangível	9	2.640	17.583	Drogas, medicamentos e materiais	21	(40.122.064)	(35.371.694)
		6.681.347	6.922.580			(139.598.007)	(126.594.868)
Total do Ativo		21.459.286	9.909.490	Amortização e depreciação	9b	(1.720.824)	(1.789.479)
		63.612.898	53.407.897	Correio e comunicação eletrônica		(84.951)	(89.684)
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	10	3.859.320	3.238.747	Água, gás, energia elétrica e telefone		(4.469.806)	(4.126.678)
Honorários médicos	11	2.939.835	2.743.291	Fretes e carretos		(1.193.832)	(963.858)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	8.509.033	7.370.620	Viagens e ajuda de custo		(253.632)	(555.965)
Obrigações fiscais		1.221.006	404.452	Locações		(733.801)	(693.031)
Receitas diferidas	13	19.588.556	15.232.096	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6b	(3.244.689)	-
Adiantamento de contrato de gestão	14	4.020.000	-	Despesas financeiras		(512.237)	(795.163)
Partes relacionadas	8	1.040.050	553.696	Outras despesas		(1.803.100)	(799.511)
		41.177.800	29.542.902	Provisão para contingências	16	535.372	(550.355)
Não Circulante							
Provisão para descontinuidade	15	6.769.686	5.721.242	Reversão provisão para descontinuidade	15	-	1.239.086
Provisão para contingência	16	52.441	587.813			(13.481.501)	(9.124.637)
		6.822.127	6.309.055	Total das Despesas		(153.079.508)	(135.719.505)
Patrimônio Líquido				Déficit do Exercício		(1.942.969)	-
Patrimônio social		17.555.940	17.555.940	Demonstração do resultado abrangente			
Déficit do exercício		(1.942.969)	-	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
		15.612.971	17.555.940		2.020	2.019	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		63.612.898	53.407.897	Déficit Do Exercício		(1.942.969)	-
Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais							
	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Em 1º de janeiro de 2.019	17.555.940	-	17.555.940	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.020	2.019	
Transferência	-	-	-	Déficit do exercício		(1.942.969)	-
Em 31 de dezembro de 2.019	17.555.940	-	17.555.940	Ajustado por:			
Transferência	-	-	-	Depreciação e amortização		1.720.824	1.789.479
Déficit do exercício	-	(1.942.969)	(1.942.969)	Realização de subvenções		(1.192.968)	(1.216.023)
Em 31 de dezembro de 2.020	17.555.940	(1.942.969)	15.612.971	Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		3.244.689	-
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.020 e de 2.019							
Cifras apresentadas em reais.							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Continuidade operacional: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 08 de maio de 2.008, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos e prorrogado até 07 de maio de 2.014 através do 13º aditivo. Em 08 de maio de 2.014, as partes celebraram novo contrato de gestão (Nº 23/2014), com vigência de cinco anos, prorrogado por mais dois anos através dos termos aditivos 17º e 19º até a data de 07 de maio de 2021. Em 08 de maio de 2021, as partes celebraram a renovação por mais (seis) meses, iniciando em 08 de maio de 2021 e finalizando em 07 de novembro de 2021. Em 08 de novembro de 2021, as partes celebraram a renovação por mais (seis) meses, através do 33º termo aditivo ao contrato (Nº 23/2014) iniciando em 08 de novembro de 2021 e finalizando em 07 de maio de 2022. A continuidade das atividades operacionais dependerá de renovações do contrato de gestão. c) Monitoramento do contrato de gestão: O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção) II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 24 de março de 2.022. 2.1 Base de Mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 <i>continua</i>							

continuação

Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - contas a receber • Nota 9 - Depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível; • Nota 15 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 16 - Provisão para contingências. **3. "Operação S.O.S" e seus Reflexos:** Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna / Santarém/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro foram objeto de investigação do Ministério Público. Buscando honrar os 54 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade

hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.021	2.020
Fundo Fixo (a)	53.222	80.113
Banco conta movimento (b)	-	2.703.466
	53.222	2.783.579

(a) Correspondem aos saldos em espécie mantido na unidade hospitalar. Em função de bloqueios judiciais administrativos nas contas correntes da unidade hospitalar, o fundo fixo está sendo mantido num patamar elevado para pagamentos de despesas emergenciais e essenciais tendo como objetivo evitar o pagamento de multas e juros e atendimentos essenciais. (b) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco Banpará.

6. Contas A Receber

Descrição	2.021	2.020
Secretaria executiva de saúde pública (a)	18.818.646	37.256.383
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (b)	(11.242.611)	(11.242.611)
	7.576.035	26.013.772

(a) **Secretaria executiva de Saúde Pública:** As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar até a data de 31 de dezembro de 2021. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 0,00. (b) **Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, com baixa expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará no próximo exercício social. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo em 1º de Janeiro	(11.242.611)	(7.997.922)
Complemento de provisão	-	(3.244.689)
Saldo em 31 de dezembro	(11.242.611)	(11.242.611)

7. Estoques

Descrição	2.021	2.020
Medicamentos	2.992.670	4.908.265
Materiais hospitalares de consumo	2.528.176	2.721.881
Materiais de manutenção	221.942	204.982
Higiene e Limpeza	532.560	633.616
Dietas enterais e parenterais	117.787	177.534
Fios cirúrgicos	76.363	85.450
Materiais de radiologia	83.122	49.030
Gases medicinais	259.711	371.528
Materiais de laboratório	833.906	641.430
Demais materiais	645.351	1.151.118
	8.291.588	10.944.834

8. Partes Relacionadas

Descrição	2.021	2.020
Ativo não circulante		
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Infantil Octavio Lobo	-	3.155
Hospital de Altamira	297.883	200.223
Hospital Abelardo Santos	276	276
Hospital Metropolitano de Ananindeua	2.850	-
Empréstimos financeiros (b)		
Sede Administrativa	26.414.571	11.932.167
Hospital de Altamira	475.000	475.000
Hospital de Marabá	1.570.410	2.020.410
	28.760.990	14.631.231
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Metropolitano de Ananindeua	(1.188.850)	-
Hospital Infantil Octavio Lobo	(66.444)	(24.594)
Hospital Galileu	(36.934)	(41.163)
Hospital de Marabá	(122.792)	(935)
Custos corporativos compartilhados (c)		
Sede Administrativa	(571.172)	(973.358)
	(1.986.192)	(1.040.050)

(a) - **Empréstimos de materiais e medicamentos:** Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. (b) - **Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. (c) - **Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

continua

9. Imobilizado E Intangível

continuação

a) Composição

Itens	2.021		2.020	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em edificações	4.311.426	(1.373.484)	2.937.942	3.110.399
Instalações	73.242	(55.332)	17.910	23.916
Instrumentos médicos hospitalares	733.707	(617.045)	116.662	137.512
Equipamentos de informática	1.729.772	(1.638.105)	91.667	187.301
Máquinas e equipamentos hospitalares	12.229.069	(9.158.088)	3.070.981	3.539.806
Móveis e utensílios de escritório	1.763.003	(1.021.390)	741.613	788.904
Móveis e utensílios hospitalares	1.642.460	(997.977)	644.483	648.171
Adiantamento a fornecedor	55.538	-	55.538	54.773
Obras em andamento	162.762	-	162.762	162.762
(-) Subvenções a realizar	(1.351.258)	-	(1.351.258)	(1.974.837)
Total imobilizado	21.349.721	(14.861.421)	6.488.300	6.678.707
Total do ativo imobilizado	278.956	(277.196)	1.760	2.640
Direito de uso de software				
Total intangível	278.956	(277.196)	1.760	2.640

b) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/20	Adições e baixas	Depreciação e realização	Saldo em 31/12/21
Benfeitorias	4.311.426	-	-	4.311.426
Instalações	73.242	-	-	73.242
Instrumentos médicos hospitalares	733.707	-	-	733.707
Equipamentos de informática	1.708.402	21.370	-	1.729.772
Máquinas e equipamentos hospitalares	11.861.762	367.307	-	12.229.069
Móveis e utensílios de escritório	1.661.001	102.002	-	1.763.003
Móveis e utensílios hospitalares	1.523.579	118.881	-	1.642.460
Adiantamento a fornecedores	54.773	765	-	55.538
Obras em andamento	162.762	-	-	162.762
(-) Subvenções a realizar *	(1.974.837)	-	623.580	(1.351.257)
(-) Depreciação	(13.437.109)	-	(1.424.312)	(14.861.421)
Total imobilizado	6.678.707	610.325	(800.732)	6.488.300
Direito de uso de software	278.956	-	-	278.956
(-) Amortização	(276.316)	-	(880)	(277.196)
Total intangível	2.640	-	(880)	1.760

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação dos ativos.

c) Taxas de depreciação

Descrição	Taxa ao ano
Benfeitorias	4,0%
Instalações	10,0%
Instrumentos médicos hospitalares	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e eqiuptos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

10. Fornecedores

Descrição	2.021	2.020
Materiais e medicamentos	2.666.829	1.524.886
Serviços de terceiros	1.809.601	2.317.685
Imobilizado	6.050	16.749
Total	4.482.480	3.859.320

11. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.021	2.020
Honorários médicos pessoa jurídica	3.080.579	2.939.835
Total	3.080.579	2.939.835

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2.021	2.020
Salários e ordenados	2.911.637	2.703.289
Provisão para dissídio coletivo (a)	4.189.378	-
FGTS	455.358	418.614
INSS	229.645	283.164
Provisão de férias e encargos	5.334.506	5.084.248
Outras	13.862	19.718
Total	13.134.386	8.509.033

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2.021 corresponde ao dissídio coletivo dos sindicatos: SINTHOSP - Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará e SINTHOSMA - Sindicato dos Empregados em Estabelecimento e Serviços da Rede Privada de Saúde das Regiões Sul e Sudeste do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de setembro/2020 a agosto de 2.021, e 10,42% referente ao período setembro/2021 a dezembro/2021. SENPA, Sindicato dos Enfermeiros do estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de maio/2020 a abril de 2.021, e 3,80% referente ao período maio de 2.021 a dezembro de 2.021.

13. Receitas Diferidas: As receitas diferidas correspondem a subvenções pactuadas com a Secretaria do Estado de Saúde do Pará - SESPA para investimentos (aquisições de ativo imobilizado e intangível) e custeio das atividades hospitalares.

Descrição	2.021	2.020
Subvenção para investimento	4.103.020	12.618.710
Subvenção para custeio	4.862.655	6.969.846
Total	8.965.675	19.588.556

A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
No início do exercício	19.588.556	15.232.086
Pactuadas (adições)	28.754.286	4.356.470
Reconhecimento de receitas	-	-
- Custeio (baixas) (a)	(31.396.274)	-
Reconhecimento de receitas	-	-
- Investimento (baixas) (b)	(1.066.252)	-
Apropriação das receitas de custeio excedente as despesas	956.210	-
Estorno de provisão para investimento a receber	(7.870.851)	-
no final do exercício	8.965.675	19.588.556

a) Correspondem as baixas por utilização dos recursos, aplicados aos leitos de atendimentos referente aos casos de COVID-19. **b)** Correspondem as baixas por utilização dos recursos, aplicados na manutenção de equipamentos hospitalares utilizados nos leitos de UTI para tratamento da COVID-19. Essas receitas quando somadas as realizações de subvenções do ativo imobilizado no montante de R\$ 623.580, montaram a R\$ 1.689.832 no exercício de 2021. **14. Adiantamento de Contrato de Gestão:** Correspondeu a recebimento financeiro ocorrido no exercício de 2020 no valor de R\$ 4.020.000, relativo ao contrato de gestão, que no exercício de 2021 após o faturamento mensal foi compensado com os valores a receber. **15.**

Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo inicial	6.769.686	5.721.242
Adições (Nota 18 - despesa com pessoal)	1.537.663	1.472.086
Baixas por rescisões de contratos	(342.901)	(423.642)
Saldo final	7.964.448	6.769.686

16. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são realizadas, acompanhadas e gerenciadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, a partir de São Paulo, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.021	2.020
Trabalhista	309.515	34.244
Cível	143.732	18.197
Total	453.247	52.441

No exercício de 2.021, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, autorizou o complemento de provisão no montante de R\$ 400.806 (Em 2020 - reversão de R\$ 535.372). **17. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.021 montaram R\$ 174.634.848 (2.020 - R\$ 146.845.026). Desse total, o valor de R\$ 45.001.170 foi referente a aditivos contratuais relativos a Covid-19.

18. Despesas com Pessoal

Descrição	2.021	2.020
Salários e ordenados	(37.762.167)	(29.497.285)
Insalubridade	(4.600.076)	(3.683.097)
Horas extras	(2.184.530)	(2.089.166)
Décimo terceiro salário	(3.979.401)	(3.480.900)
Férias	(5.514.704)	(4.754.632)
FGTS	(4.310.990)	(3.776.695)

Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(1.537.663)	(1.472.086)
Contribuição Patronal ao INSS	(13.985.226)	(12.478.968)
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	13.985.226	12.478.968
PIS	(503.067)	(448.815)
(-) Isenção da Contribuição ao PIS	503.067	448.815
Outras despesas com pessoal	(342.580)	(3.037.410)
Total	(60.232.111)	(51.791.275)

19. Serviços de Terceiros

Descrição	2.021	2.020
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(37.689.677)	(33.663.502)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(5.974.208)	(6.743.892)
Total	(43.663.885)	(40.407.394)

20. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.

Descrição	2.021	2.020
Medicamentos	(21.688.044)	(15.308.817)
Filmes radiológicos e fios cirúrgicos	(300.814)	(413.747)
Órtese e prótese	(1.909.000)	(2.175.595)
Materiais de uso do paciente (consumo)	(16.310.992)	(11.813.038)
Gases medicinais	(2.770.153)	(1.284.166)
Generos alimentícios	(3.041.866)	(1.649.889)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.769.075)	(1.350.459)
Materiais de conservação, reparos e consumos diversos	(542.474)	(450.645)
Materiais de laboratório	(2.751.724)	(1.495.614)
Impressos e materiais de expediente	(602.093)	(520.486)

continua

Peças e acessórios de reposição	(1.805.788)	(1.030.701)
Dieta enteral e parenteral	(1.313.002)	(1.046.897)
Outros - Equipamentos de proteção e uniformes	(1.427.593)	(1.582.010)
Total	(56.232.618)	(40.122.064)

22. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.021	2.020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	53.222	2.783.579
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	7.576.035	26.013.772
Empréstimos - Partes relacionadas	28.760.990	14.631.231
Total	36.390.247	43.428.582
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	4.482.480	3.859.320
Honorários médicos	3.080.579	2.939.835
Empréstimos - Partes relacionadas	2.003.122	1.040.050
Total	9.566.181	7.839.205

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **23. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que defere, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de n.º 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Em 02/07/2021 foi protocolado novo requerimento de renovação, no

Sistema de Certificação das Entidades de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.100840/2021-35 relativo ao triênio 2022 a 2024. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2021 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 18 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **24. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminados: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Santarém, através de requerimentos específicos. Em atendimento à ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.021	2.020
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(5.429.347)	(4.534.096)
Contribuição patronal ao INSS	(13.985.226)	(12.478.968)
Contribuição ao PIS	(503.067)	(448.815)
Imposto sobre serviços (ISS)	(3.511.281)	(2.917.769)
Total	(23.428.921)	(20.379.648)

25. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade. **26. Outros Assuntos - Pandemia COVID-19:** O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020, com impactos relevantes na economia nacional e internacional, esses impactos se repetiram em 2021. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar nos exercícios de 2021 e 2020, foram: ● Aumento substancial no consumo materiais e medicamentos hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades. ● Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares; ● Aumento do quadro de pessoal, em razão da necessidade da abertura de novos leitos destinados ao tratamento de pacientes covid; A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

Dom Carmo João Rhoden Presidente Pe Carlos Fritzen Diretor Corporativo Administrativo	Hebert Moreschi Diretor Geral do Hospital Bruno Ferreira Rezende Diretor Financeiro do Hospital	Poliane de Aguiar Machado Freire Contadora do Hospital - CRC: PA-019607/O-8 David Martins Ferreira Contador Corporativo - CRC: ISP 195.413/O-2 "S" - PA
--	--	--

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1b que descreve a data de encerramento do atual contrato de gestão em 07 de maio de 2022. A continuidade operacional das atividades está condicionada a renovação do contrato de gestão com o Governo do Estado do Pará. Esse evento e condição indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a

atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." ocorrida no exercício de 2018 envolvendo a Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2.018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

continua >

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de audi-

toria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santarem, 24 de março de 2.022.
LM Auditores Associados - CRC 2SP018.611/0-8
Maurício Diácoli - CRC 1SP129.562/0-5

Protocolo: 779035

Cidade dos Sonoros e dos Cantores

Estudos sobre a era do rádio
a partir da capital paraense

Costa

Antonio Maurício Costa



Edições
Wae
 4009-7817